

O aumento da frequência das reuniões do Clube de Paris é uma indicação clara e evidente da verdadeira situação do problema da dívida externa; apesar das muitas palavras de otimismo pronunciadas por políticos, diretores de bancos centrais e banqueiros comerciais, ainda não existe no momento nenhuma perspectiva de um final feliz para essa crise. Praticamente todos os dias as manchetes nas páginas econômicas dos jornais anunciam fatos alarmantes no Terceiro Mundo.

Em janeiro passado, quatro países, ao mesmo tempo, pressionaram o Clube de Paris para que lhes concedesse vantagens nos juros e adiamento dos prazos de pagamento: Polônia, Gabão, Filipinas e, em primeiro lugar, o maior país devedor do Terceiro Mundo, o Brasil.

"Os bancos precisam se preparar para prejuízos nos seus negócios latino-americanos", advertem os jornais. "A Nigéria está em atraso nos pagamentos dos juros de suas dívidas comerciais", informam. Ou preveem: "Manila está prestes a colidir frontalmente com os bancos". E não é nenhuma má vontade dos responsáveis na África, na Ásia ou na América Latina, que leva a tais manchetes. Esses países realmente não dispõem sequer dos meios necessários para saldar os juros de suas dívidas. "O insuportável montante total das dívidas está levando à ruína global", teme um especialista como John Cavanagh, do Institute for Policy Studies, em Washington.

Após toda uma série de negociações, nas quais foram combinados adiantamentos de pagamentos e novos empréstimos no valor de dezenas de bilhões de dólares, os políticos e os banqueiros estavam acreditando que o problema da dívida estava, finalmente, sob o controle deles.

Na verdade, porém, eles com isto conseguiram apenas uma única coisa: adiar sempre o problema por mais uma vez. Num passo mais radical — a desistência dos créditos já concedidos — os negociadores oficiais e os banqueiros nem querem pensar.

A dívida cresce

Os profissionais do dinheiro do rico hemisfério norte até agora se mostraram dispostos apenas a concordar com um adiamento nos prazos de pagamento. E eles também concedem novos créditos, que frequentemente servem para um único e absurdo fim: com o novo dinheiro, os pobres países devedores pagam os juros referentes aos seus créditos mais antigos. E assim o total da dívida cresce e cresce cada vez mais.

Dívida: os credores sabem que têm uma bomba nas mãos.

E devem se preparar para absorver prejuízos. Um artigo da revista alemã *Der Spiegel*.

E mesmo concessões desse tipo só eram fornecidas até agora pelo Clube de Paris quando o país devedor conseguia chegar a um acordo com os políticos financeiros do Fundo Monetário Internacional. O programa de saneamento financeiro do FMI funcionava como uma espécie de luz verde para o prosseguimento do processo todo.

"Uma reformulação nos créditos estatais ou com garantias estatais pressupõe a existência de um acordo com o FMI", afirmava ainda no último outono o governo alemão em Bonn.

Enquanto isso, no entanto, a situação da dívida se tornou tão crítica, que os membros do Clube de Paris já não conseguem ater-se às regras do jogo que eles mesmos inventaram. E abaixaram a crista diante dos brasileiros, que há meses se recusam a aceitar os exagerados programas de saneamento propostos pelo FMI.

Assim os governos credores concederam agora ao Brasil um longo adiamento nos pagamentos de dívidas vencidas, no valor de mais de US\$ 4 bilhões. "Foi uma grande vitória dos brasileiros", declarou, muito satisfeito, Dilsen Funnaro, o ministro brasileiro da Fazenda.

Agora os bancos irão enfrentar uma das mais difíceis rodadas de negociações que eles já tiveram pela frente. Os brasileiros estão exigindo também dos credores privados um novo adiamento, juros menores e novos créditos. Mas os banqueiros não querem concordar com isso tudo, sem que exista um acordo formal do Brasil com o Fundo Monetário.

É altamente provável que os banqueiros não consigam manter-se fiéis aos seus princípios, pois, apesar de alguns inegáveis sucessos de saneamento, o Brasil continua manobrando à beira da falência geral.

O serviço da dívida desse país — ou seja, os juros obrigatórios e as parcelas de pagamento do principal — atinge um total de aproximadamente US\$ 11 bilhões por ano. Isto equivale ao total que o país conseguiu nos últimos tempos em superávits comerciais — e, mesmo assim, apenas porque o governo impôs rígidos controles sobre as importações. As perspectivas de maiores receitas de exportação se tornam cada vez mais sombrias: a conjuntura mundial está enfraquecendo e em todos os lugares os governos locais estão se protegendo contra as importações.

Por esse motivo, o partido do governo no Brasil há pouco tempo exigiu que o serviço da dívida fosse susinado temporariamente.

Um jogo difícil

Com toda certeza, os bancos não terão oportunidades para um jogo fácil com os brasileiros. Os latino-americanos estão começando a surgir com uma grande e nova segurança, o que já foi sentido pelo pessoal do banco Mellon, norte-americano. Essa instituição não queria participar totalmente de uma reprogramação de uma série de fornecedores norte-americanos de crédito. O governo de Brasília, depois disto, simplesmente provocou a saída do país do representante oficial do Mellon. Fernão Bra-

cher, diretor do Banco Central brasileiro, explicou simplesmente que o Mellon é um banco que "não está à altura das suas responsabilidades internacionais".

Um estilo semelhante também foi adotado por outros administradores da dívida espalhados pelo Terceiro Mundo em relação aos seus credores.

Está "muito nos interesses dos bancos", avisou nas Filipinas o ministro das Finanças Jaime Ongpin, "não permitir que a situação se transforme numa luta física". Manila acaba de receber do Clube de Paris um pacote de reprogramação no valor de aproximadamente US\$ 1 bilhão. Agora chegou a vez de os bancos também fazerem alguma coisa, um total de 483 estabelecimentos bancários. Dívidas no valor de quase US\$ 9 bilhões deverão ser reprogramadas e adiadas por vários anos.

Alternativas

Há muito tempo os condutores econômicos governamentais do Terceiro Mundo estão refletindo como podem fazer para reduzir a montanha das dívidas sem utilizar para isto dinheiro de verdade. O Peru reduziu na última primavera o pagamento de juros a 10% da receita de exportações. A Argentina gostaria de transformar dívidas externas em capital de investimento. Como um esquema deste tipo funciona foi demonstrado no ano passado pela empresa japonesa de automóveis Nissan no México.

Para ampliar suas instalações no México, a Nissan necessitava de uma grande soma de dívidas lo-

cais. Com esta finalidade, os japoneses compraram de bancos novaiorquinos dívidas estatais mexicanas no valor nominal de US\$ 60 milhões, pagando por elas apenas US\$ 40 milhões. O Banco Central mexicano trocou estes papéis em pesos, pelo valor de US\$ 54 milhões.

Todos ficaram satisfeitos com o negócio assim realizado. Os bancos puderam, se bem que com um certo prejuízo, transformar os créditos mexicanos em dinheiro. A Nissan conseguiu as divisas necessárias, em condições bastante vantajosas. O México pôde reduzir suas dívidas, se bem que apenas uma pequena fração delas, sem gastar suas divisas estrangeiras.

Para estas operações de troca, nas quais os créditos bancários são transformados em capital de investimento, formou-se então até um mercado financeiro internacional. No entanto, não será possível desativar a bomba das dívidas de forma duradoura com transações deste tipo. Os valores em jogo são gigantescos demais para que o esquema possa funcionar como uma solução definitiva.

A Receita Cai

As dívidas do Terceiro Mundo aumentaram de cerca US\$ 500 bilhões em 1980 para mais de US\$ 1 trilhão. Entre 1980 e 1985, o serviço das dívidas aumentou de US\$ 78 bilhões para US\$ 114 bilhões ao ano. No mesmo período, registrou-se uma diminuição da receita das exportações, do cacau à borracha — importantes fontes de divisas para os países em desenvolvimento

—, passando de US\$ 104 bilhões para US\$ 87 bilhões.

A crise financeira está destruindo todas as tentativas no sentido de se reduzir a miséria das populações. O padrão de vida para a maior parte das pessoas caiu para um nível — como constatou recentemente a comissão econômica da ONU para a América Latina — "que há apenas alguns anos atrás ainda seria algo totalmente impensável".

Os países em desenvolvimento, que estariam urgentemente necessitando de capital estrangeiro para sua própria economia, transformaram-se em exportadores de capital. Em 1985, foram feitos acordos com os países do Terceiro Mundo no valor de US\$ 41 bilhões em novos créditos e em reprogramações das dívidas. Nesse mesmo ano, porém, US\$ 114 bilhões saíram dos países em desenvolvimento para o pagamento de juros e para a amortização de dívidas.

Esse desequilíbrio ameaça a fligra da rede financeira mundial. Os bancos comerciais do mundo industrializado, como constatou friamente o Banco Central Alemão, "aceitaram riscos em relação a determinados países devedores, totalmente desproporcionais aos ativos desses países e, principalmente, à base de capital próprio deles".

E os bancos alemães ainda se encontram numa situação relativamente boa. Em fins de 1985 eles detinham obrigações dos países do Terceiro Mundo no valor de US\$ 23 bilhões. Nos créditos concedidos aos 15 principais países devedores, os institutos financeiros alemães tinham uma participação de aproximadamente 7%. No caso dos bancos norte-americanos, a participação chega a ser de quase 40%.

A fundo perdido

Para grande susto, principalmente do setor bancário norte-americano, foi justamente o secretário norte-americano do Tesouro, James Baker, quem formulou o que até agora era tido por todos como o maior de todos os tabus: os bancos norte-americanos deveriam se preparar para considerar como fundos perdidos créditos concedidos a importantes países devedores latino-americanos.

A declaração de Baker foi tão chocante para o setor bancário norte-americano, que o secretário do Tesouro foi obrigado, no dia seguinte, a fazer um cauteloso retrocesso. Mas um importante funcionário do Departamento do Tesouro manteve a sua posição: em relação ao grau de risco dos bancos na região latina-americana dos bancos, "o dólar não vale cem centavos. E nós não devemos ceder à ilusão de que a situação não é esta".

